

SERVIÇO SOCIAL:

TECENDO REFLEXÕES SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



CARTILHA

Maria Dálete Alves Lima
Assistente Social

Dr. Henrique Cunha Junior
Professor Orientador

Cartilha produzida como produto educacional vinculado ao MPEDU/URCA, para Assistentes Sociais e outros profissionais.



**Maria Dálete
Alves Lima**
Autora

SERVIÇO SOCIAL: TECENDO REFLEXÕES SOBRE SOCIOEDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Autoria:

Maria Dálete Alves Lima

Orientação:

Prof. Dr. Henrique Cunha Junior

Instituição:

Universidade Regional do Cariri - URCA
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PRPGP
Mestrado Profissional em Educação - MPEDU

Diagramação e Design:

Adílio Junior de Souza

Imagens:

Acervo Institucional do Centro Socioeducativo Padre Cícero

Créditos das artes e pinturas:

Wanderson Petrova

CRATO - CE
2022

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Lima, Maria Dálete Alves

L732s Serviço Social: tecendo reflexões sobre Socioeducação e relações étnico-raciais / Maria Dálete Alves Lima. Crato - CE, 2022.

42p. il.

Cartilha. Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof. Dr. Henrique Cunha Junior

1.Socioeducação, 2.Relações étnico-raciais, 3.Serviço Social; I.Título.

CDD: 370.7

SUMÁRIO

05 Apresentação

08 Objetivos

09 Público-Alvo

10 Serviço Social, Socioeducação e relações étnico-raciais

16 O fazer profissional do Serviço Social na Socioeducação

25 Práticas educativas no âmbito da Socioeducação e relações étnico-raciais

39 Considerações Finais

41 Referências



Maria Dálete Alves Lima

AUTORA

APRESENTAÇÃO

Esta Cartilha é um produto educacional fruto dos resultados da pesquisa que se vincula à dissertação de mestrado intitulada “Assistente Social: uma profissional em face das relações Étnico-raciais e Socioeducação no Cariri Cearense”, sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Cunha Junior, inserida na linha de pesquisa Práticas educativas, culturas e diversidades, sublinha Patrimônio, práticas culturais e etnias do Mestrado Profissional em Educação (MPEDU) da Universidade Regional do Cariri (URCA).

A pesquisa subsidiária deste produto teve como objetivo geral identificar narrativas, percepções, vivências, processo formativo e práticas educativas dos profissionais com formação acadêmica em Serviço Social sobre relações étnico-raciais no cotidiano do Centro Socioeducativo Padre Cícero, localizado no interior do Ceará. A investigação se deu no Centro Socioeducativo Padre Cícero, localizado na cidade de Juazeiro do Norte-CE, unidade que executa a medida socioeducativa de internação, atendendo 47 comarcas no interior do Ceará.

Os sujeitos da pesquisa foram 06 profissionais com formação acadêmica em Serviço Social, independente do atual cargo que ocupa na instituição. A pesquisa de cunho qualitativo foi mediatizada pela pesquisa narrativa, buscando focar nas discussões relacionadas ao Serviço Social, Socioeducação e relações étnico-raciais. Possuindo Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) nº 5.760.865, favorável.

Nesse sentido, para apresentar parte dos resultados da pesquisa, pensou-se na criação da presente cartilha, no sentido de abordar aspectos relevantes e apresentar as atividades educativas que vem compondo a socioeducação no cariri cearense, bem como a direta e necessária atuação do assistente social junto ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação e suas famílias, além de trazer como urgente e necessária à temática das relações étnico-raciais neste campo de atuação.

É válido mencionar a valorosa contribuição que a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), o órgão executor da medida socioeducativa de internação no Estado do Ceará, criada em 28 de junho de 2016, oriunda da Lei Estadual nº 16.040/2016, que tem sido um divisor de águas no campo da socioeducação no contexto cearense, uma vez que possui responsabilidade pela execução das medidas socioeducativas privativas de liberdade. Apesar do pouco tempo de existência, já é perceptível o avanço na socioeducação, principalmente no que se refere ao viés pedagógico da medida, com foco no desenvolvimento humano. A SEAS tem conseguido aos poucos fortalecer a socioeducação no Estado, se tornando uma referência na gestão do Sistema Socioeducativo, uma vez que procura alinhar o atendimento socioeducativo a normativas internacionais e as diretrizes do SINASE.

Ao longo da Cartilha, caro leitor, você encontrará imagens do acervo institucional do Centro Socioeducativo Padre Cícero, seja de práticas educativas desenvolvidas no âmbito da socioeducação, como também de pinturas (seja em paredes, telas ou outros) que compõe os espaços institucionais tornando o ambiente mais lúdico e interativo, realizadas pelo profissional de Artes Visuais Wanderson Petrova com a colaboração de socioeducandos e da comunidade socioeducativa. É uma iniciativa brilhante no campo da socioeducação que dá cor e vida aos Centros, ensinando e possibilitando e desenvolvimento de habilidades dos socioeducandos com artes visuais.

Logo, a estrutura organizativa deste Produto Educacional compreende inicialmente a Apresentação, objetivos e o público alvo, no intuito de inteirar o leitor sobre as especificidades da Cartilha. Em seguida, a Cartilha foi dividida em três partes integrantes, sendo a primeira intitulada Serviço Social, Socioeducação e relações étnico-raciais, que busca tecer reflexões sobre as temáticas, correlacionando-as, no sentido de dar um panorama geral. A segunda aborda especificamente O fazer profissional do Serviço Social na Socioeducação, em especial, na execução de medida socioeducativa de internação, trazendo considerações sobre a atuação profissional. Já a terceira, cita as principais práticas educativas no âmbito da Socioeducação e relações étnico-raciais, trazendo de forma resumida as práticas educativas que são promovidas cotidianamente na Unidade Socioeducativa e sua significativa contribuição para a socioeducação. Por fim, se tem as considerações finais.

Boa leitura!





Centro Socioeducativo Padre Cícero

OBJETIVOS

Geral:

Apresentar as principais práticas educativas desenvolvidas no Centro Socioeducativo Padre Cícero, pelos profissionais do Serviço Social e pela equipe multiprofissional, relacionadas à socioeducação e as relações étnico-raciais.

Específicos:

Correlacionar Serviço Social, socioeducação e relações étnico-raciais.

Indicar as principais atividades desenvolvidas pelo Serviço Social na execução de medida socioeducativa de internação.

Estimular ações e discussões que colabore, para a concretização da socioeducação e das relações étnico-raciais.

Citar as principais práticas educativas desenvolvidas, pela equipe multiprofissional, no âmbito da socioeducação e das relações étnico-raciais.

PÚBLICO-ALVO

Assistentes Sociais

Equipe multiprofissional inserida no Sistema Socioeducativo, em meio fechado

Demais profissionais ou interessados



SERVIÇO SOCIAL, SOCIOEDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Socioeducação

Pode-se pensar a socioeducação como um meio de construção de novos projetos, no âmbito infanto-juvenil, baseado na educação, em contraposição a punição e opressão, objetivando possibilitar ações que visam o processo de ressignificação do projeto de vida e ressocialização de adolescentes autores de atos infracionais, proporcionando incentivo ao protagonismo juvenil e à autonomia dos sujeitos atendidos, capaz de possibilitar inserção social e novas perspectivas e possibilidades de vida junto ao convívio social. Para Julião (2013, p. 226):

O conceito de socioeducação – como modalidade voltada especificamente para o trabalho social e educativo com adolescentes e jovens em razão do cometimento de ato infracional – focaliza a formação dos adolescentes no convívio social, em que atuam como pessoas, como cidadãos e como futuros profissionais que não reincidem na prática de atos infracionais – o que pode conferir excepcionalidade e brevidade à submissão a medidas.

A socioeducação visa uma educação para a vida e o convívio social, na perspectiva de liberdade, por meio de ações socioeducativas, o processo de preparação para a construção e reflexão sobre valores, princípios éticos da vida social, acesso a bens e serviços, ampliando possibilidades e potencialidades no campo físico, intelectual, moral e espiritual.

Desse modo, a socioeducação pode ser considerada como: “[...] uma política pública que resultou de um processo no qual o Estado e a sociedade civil buscaram meios para a promoção pessoal, social, educacional, cultural e política” do adolescente que cumpre medida socioeducativa aplicadas pelo Poder Judiciário em razão da prática de um ato infracional (CARNEIRO E SILVA, 2012, p. 105).

Para a execução da política, existem os Centros Socioeducativos, como é chamado no Estado do Ceará, que é um serviço que acolhe adolescente e, excepcionalmente, jovem entre dezoito e vinte e um anos de idade, privados de liberdade, por ter cometido algum ato infracional e está em cumprimento de medida socioeducativa ou medida cautelar de internação provisória.

O trabalho desenvolvido busca realizar acompanhamento multiprofissional ao socioeducando e a sua família, assegurando direitos, propiciando fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, responsabilização pelo ato infracional e construir um novo projeto de vida, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) viabilizando a proteção integral, bem como reunir princípios, regras e critérios para execução de medidas socioeducativas no Brasil.

Por medida socioeducativa de internação, entende-se a institucionalização sob a responsabilidade do Estado, para um afastamento temporário do adolescente de seu convívio familiar e social, de modo a “[...] zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhes adotar as medidas adequadas de contenção e segurança” (BRASIL, 1990, p. 23). A medida não poderá ultrapassar o período máximo de três anos, devendo ser avaliada no máximo a cada seis meses. Sendo que haverá liberação compulsória aos vinte e um anos de idade.

A medida de internação poderá ser aplicada, pelo poder judiciário, quando: “I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (BRASIL, 1990, p. 20). Sendo respeitados todos os direitos previstos ao adolescente privado de liberdade.

Em síntese, tem-se que a socioeducação tenta se afastar dos preceitos da doutrina da situação irregular e de toda a estigmatização do menor de forma apenas punitiva, para se aproximar preceitos da doutrina da proteção integral, buscando consolidar um novo modo de entender e intervir nas demandas relacionadas ao adolescente em conflito com a lei.

Porém, sabe-se que ainda muitas instituições vivenciam grandes dilemas, por não conseguir executar a socioeducação, principalmente a medida socioeducativa de internação, como previsto em lei, por inúmeras causas, na maioria externa, como é o caso de adolescentes e jovens inseridos em grupos criminosos e que não convivem harmonicamente com outros grupos, alto nível de envolvimento em práticas ilícitas, dificuldade de convivência, rompimento de vínculos familiares, uso abusivo de substâncias psicoativas, superlotação dos Centros, rebeliões e o uso da força para a contenção, violência e opressão, constantes ameaças, entre outros. Mostra-se como um desafio diário, ainda na atualidade, práticas educativas emancipadoras para uma real ressocialização, bem como integração da rede socioassistencial e políticas públicas voltadas para egressos do Sistema Socioeducativo.

Vale ressaltar que o Centro Socioeducativo Padre Cícero vem conseguindo realizar um trabalho social diferenciado, mediando situações por meio do diálogo e de práticas restaurativas, sendo uma unidade de referência para o Estado do Ceará. Entretanto, muito se tem a avançar no campo da socioeducação, sendo essencial investimento na área, realização de concursos públicos, valorização profissional, qualificação e formação profissional continuada, etc.



Relações étnico-raciais

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, vivenciam cotidianamente a marginalização, estigmatização e exclusão social, devido a todo o contexto social e cultural que estão inseridos. Legitimando, muitas vezes, o racismo estrutural e a institucionalização de adolescentes e jovens que, em sua grande maioria, são sexo masculino, negros e que vivem em áreas e grande vulnerabilidade social.

Conforme Terra e Azevedo (2018, p. 73) “a correlação entre a pobreza e a criminalidade tem servido para estigmatizar e segregar parcelas da população que já se mostram excluídas em diversas dimensões das relações sociais”. As relações étnico-raciais têm papel direto na atual composição do público de adolescentes e jovens inseridos nos Centros Socioeducativos. Percebe-se que, conforme nota técnica emitida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “Os estudos mostram que o fenômeno contemporâneo do ato infracional juvenil está associado não à pobreza ou à miséria em si, mas, sobretudo, à desigualdade social, e à dificuldade no acesso às políticas sociais de proteção implementadas pelo Estado” (IPEA, 2015, p. 15).

Temáticas relacionadas às questões étnico-raciais e o racismo estrutural estão diretamente envolvidas no universo da socioeducação no Brasil, sendo que todos os estudos analisados trazem dados que apontam para a exclusão social e encarceramento em massa da população negra, bem como o extermínio da juventude negra. A falta de oportunização e de equidade das políticas públicas, as precárias condições de vida e de trabalho, a desigualdade social, entre outros, revitimizam cotidianamente tais sujeitos.

Outro fator importante diz respeito a crescente violência entre jovens, havendo uma clara diferença entre jovens brancos e negros. O Mapa da Violência 2013: homicídio e juventude no Brasil mostrou que existe uma tendência crescente de vitimização de jovens negros no Brasil. Conforme o documento “Entre 2002 e 2012 o número de homicídios juvenis diminuiu 32,3%, passando de 10.072 para 6.823. No entanto, a quantidade de assassinatos de negros aumentou 32,4%, de 17.499 para 23.160. As taxas de homicídio de jovens por 100 mil caíram 28,6% entre brancos e subiram 6,5% entre negros” (WAISELFISZ, 2013, p. 117).

Neste contexto, o público infanto-juvenil tem estado cada vez mais vulnerável, principalmente a população negra, já que as políticas públicas são, na maioria das vezes, ineficazes. E isso é percebido cotidianamente com o aumento dos índices de violência, a cooptação por organizações criminosas, o cometimento de atos infracionais, encarceramento, extermínio da juventude negra, entre outros.

De acordo com o Levantamento Anual SINASE 2013: privação e restrição de liberdade:

Outro importante indicador coletado pela primeira vez no Levantamento desse ano está relacionado à cor/raça dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no país. Os resultados mostram que 57% dos adolescentes e jovens foram considerados pardos/negros. Os indicadores mostram que a população carcerária do país também reproduz essas características, sendo majoritariamente jovem e negra, assim como as vítimas da violência letal no país (BRASIL, 2015, p. 51).

Os dados revelam a triste realidade brasileira de racismo estrutural, que gera desigualdade social, pobreza, criminaliza, estigmatiza, aprisiona e até tenta exterminar a população negra. Como afirma Silva (2021, p. 12) “[...] o encarceramento é apenas um elemento voraz que objetiva a punição no corpo, mas há tantas outras formas”. Vale ressaltar, que historicamente há um grande histórico de violações de direitos nos espaços que deveriam ter um viés protetivo e educativo.

É a população negra, que vivência duramente o poder coercitivo do Estado e que tem grande parte de seus direitos violados, negligenciados e são subjugados por uma sociedade marcada pelo racismo estrutural. Segundo Costa (2019, p. 9):

O Brasil é um país de terríveis contradições. Aqui, o caráter preventivo-repressivo da punição, por vezes, não faz qualquer sentido, pois as penas já são aplicadas por antecipação a boa parte da população jovem negra, notadamente, as penas que implicam na limitação do exercício de direitos legítimos, tais como saúde, convivência familiar e comunitária, assistência social, educação de qualidade, profissionalização, emprego e renda, lazer etc.

Nesse contexto, é inegável que jovem de negros vivenciam cotidianamente a repressão policial, o enclausuramento, a privação liberdade, o extermínio da juventude negra, mas antes disso, já vivencia a exclusão social e violação de direitos principalmente direitos sociais, falta de acesso a bens e serviços, sendo penalizados cotidianamente apenas pelo fato de serem as pessoas negras, devido ao racismo estrutural e todas as suas as sequelas do escravismo criminoso.

Para Cunha Junior (2021, p.150), o “escravismo foi um crime contra a humanidade e uma exploração gananciosa sobre o trabalho da população negra. [...] a população negra colonizou o Brasil, transferiram do continente africano conhecimentos, tecnologias e trabalho [...]”. Como crime deveria ter sido punido legalmente, sendo ofertada condições igualitárias e equitativas de superação da situação. Contudo, nada foi feito. As precárias condições de vida e trabalho destinadas as pessoas negras são sequelas de um país racista, sexista, misógino e machista.

Assim, é difícil compreender como se dá o caráter protetivo/repressivo do Estado brasileiro encarado ora a partir da punição, ora pelo viés da ressocialização. Um dado importante se refere a parcela mínima de pessoas brancas, da classe média e alta, que passam por privação de liberdade, uma vez que massivamente o público que cumpre medida socioeducativa de internação são pessoas pardas/negras que vivem em territórios específicos de grande vulnerabilidade social.

No que se refere ao racismo estrutural, pode-se compreender que:

[...] é constituinte e normatiza práticas de inferiorização dos negros, práticas que atravessam a economia, a política, a cultura e as subjetividades. O racismo, portanto, é aqui visto como integrante ativo e presente das relações sociais e não apenas como atos isolados de indivíduos por preconceito e discriminação (SILVA, 2021, p. 09).

Entende-se que o racismo estrutural é uma prática presente no nosso cotidiano, em todas as esferas da vida social. É preciso o comprometimento com a luta antirracista diariamente. A temática das relações étnico-raciais merece destaque e requer intervenções qualificadas em espaços como os centros socioeducativos, no intuito de realizar um trabalho que possibilite promover o empoderamento, sentimento de identidade e pertencimento.





Serviço Social

O Assistente Social trabalha em parceria com a equipe multiprofissional do Centro Socioeducativo, atuando profissionalmente na viabilização de direitos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos, fortalecimento de vínculos familiares e afetivos, articulação com a rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), entre outros. Estando diretamente ligado ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e sua família, e desempenhando papel fundamental no acompanhamento e atendimento das demandas de forma integral. O Serviço Social também atua contra qualquer forma de preconceito e discriminação, traçando estratégias voltadas às práticas restaurativas e atividades socioeducativas que promovam o protagonismo juvenil e empoderamento.

Os profissionais, nesse sentido, precisam conhecer e se apropriar da discussão relacionada às relações étnico-raciais para, nas suas práticas profissionais diárias, traçar estratégias de intervenção junto aos sujeitos envolvidos. Estratégias capazes de promover o empoderamento e a desnaturalização do preconceito e estigma quanto à temática, bem como a transformação da cultura excludente.

Ao pensar o Serviço Social enquanto profissão, principalmente, das protoformas até a ruptura com o conservadorismo profissional, pode-se perceber que a questão étnico-racial foi silenciada e invisibilizada pela categoria, em especial, pelas bases conservadoras, deixando de ser reconhecida e legitimada em diversos momentos da trajetória profissional. Vários aspectos estão relacionados a isso, entre outros: o racismo estrutural, a falta de literatura que trata a questão, de forma ampla, e o conservadorismo profissional.

A questão racial foi compreendida, por alguns, como uma das expressões da questão social, muitas vezes, sendo deixada em segundo plano pelos profissionais, por terem uma visão simplista e não enxergarem o racismo como estrutural e estruturante no processo de formação histórica do Brasil.

O Serviço Social, neste contexto, é uma profissão que está diretamente vinculada a classe trabalhadora, possuindo compromisso ético político com tal público. Desse modo, não se pode pensar a atuação profissional do Assistente social, desvinculada da questão social, objeto de estudo da profissão, e das relações étnico-raciais, uma vez que a maior parte do público atendido pelo profissional é composto, em especial, por pessoas pobres, negras e que vivenciam vulnerabilidade social. Assim, o componente racial está presente e é intrínseco a formação social e histórica do Brasil, oriundo do racismo estrutural, resquício do escravismo criminoso.

Não se pode pensar o Serviço Social sem estabelecer conexão com as relações étnico-raciais, muito menos se tratando de socioeducação, que é um espaço, como revelam os estudos, majoritariamente ocupado por adolescentes e jovens negros. É marcado pelo contexto de Estado omissivo do seu papel enquanto provedor de estratégias para garantir a proteção integral da criança e do adolescente, uma vez que ao chegar ao Centro Socioeducativo, muitos de seus direitos foram violados, desde a infância, no âmbito familiar e social, com a exclusão social, falta de acesso a políticas públicas e serviços básicos, marginalização, etc.(MORAES, 2018).

O fazer profissional se dá, tanto a partir de suas práticas privativas referentes ao Serviço Social, como em conjunto com a equipe multiprofissional desenvolvendo atividades e ações, individuais e coletivas, no sentido da promoção do protagonismo juvenil, do fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, da responsabilização pelo ato infracional, pela descoberta de potencialidades junto ao adolescente e sua família, estímulo a formação e qualificação profissional, etc.

O assistente social, nesse sentido, configura-se como um ator na defesa intransigente dos direitos humanos e na viabilização de direitos sociais. Para tal, articula as dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica, para se tornar capaz de escolher estratégias criativas e competentes para desvelar a realidade social dos sujeitos atendidos e contribuir para a construção de respostas críticas, propositivas e interventivas (IAMAMOTO, 2011).

Com isso, se faz imprescindível que a formação profissional contemple discussões relacionadas às relações étnico-raciais, durante o curso de graduação em Serviço Social. Não apenas de forma superficial e fragmentada, partir da transversalidade, mas que haja disciplinas obrigatórias na sua matriz curricular, que aborde especificamente às relações étnico-raciais, para que uma temática tão crucial não passe despercebida no processo formativo. Assim como, no que diz respeito, ao campo da socioeducação, faz necessário inserção e ampliação da discussão, principalmente sobre execução de medidas socioeducativas em meio fechado, uma vez que os resultados da pesquisa mostram que pouco estudaram a temática, de forma transversal e sem profundidade, não houve aprofundamento teórico sobre a temática, sendo que a maioria ingressou no Sistema Socioeducativo em meio fechado sem conhecimento prévio suficiente durante a formação, capaz de possibilitar uma atuação profissional qualificada e eficiente.

Faz-se essencial citar que o Serviço Social atua, na perspectiva de emancipação, inclusão social, sendo extremamente contrário a toda e qualquer forma de preconceito e violação de direito, incentivando o respeito à diversidade, a luta é intransigente pelos direitos humanos, etc. Então, é notório que atuação profissional neste espaço sócio-ocupacional, no sentido de legitimar direitos, garantir acesso, bem como atuar junto as famílias e a rede socioassistencial visando dar suporte e ofertar serviços qualificados a esses jovens na sua reconstrução do projeto de vida, é um trabalho bastante relevante.





O FAZER PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIOEDUCAÇÃO

A instrumentalidade profissional do Serviço Social é essencial no fazer profissional, sendo parte constitutiva da atuação, uma vez que se faz necessária a utilização consciente, qualificada e propositiva dos instrumentais, necessitando aperfeiçoar constantemente as práticas profissionais junto aos sujeitos envolvidos, objetivando qualificar a atuação e as práticas interventivas.

Conforme Guerra (2000), a instrumentalidade não é apenas um conjunto de técnicas e métodos necessários ao fazer profissional. Ela é parte constitutiva de toda e qualquer profissão já que está relacionada com a bagagem sócio-histórica vivida por inúmeros profissionais, no decorrer do processo histórico.

Nesse sentido, os profissionais inseridos no Sistema Socioeducativo, e em especial, na unidades de internação, são, sem dúvida, executores terminais da política e devem legitimar ações que garantam o direito ao acesso aos serviços de forma qualificada, estabelecendo uma aproximação entre os serviços ofertados e a demandas a ser beneficiada, de modo propositivo e articulado. Para isso, é importante citar o aprimoramento intelectual, para permitir maiores condições de entender, intervir e superar as problemáticas. O modo como as atribuições de cada profissional estão sendo desenvolvidas pode, de fato, legitimar a ação e assegurar o direito da intervenção qualificada na vida do usuário, ou revitimizar sujeitos sociais tão fragilizados socialmente.

O trabalho se desenvolve, fundamentalmente, na esfera ideopolítica e se materializa a partir de ações socioeducativa, na tentativa de, a partir da socialização de informações, estimular a reflexão e garantir o empoderamento dos sujeitos atendidos. Conforme aponta Miotto (2010, p. 501):

A lógica das ações socioeducativas realizadas no escopo dos processos socioassistenciais, está centrada nos usuários, enquanto sujeitos de Direitos. Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistente social e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo da história de sua sociedade.

Percebe-se que na atuação profissional em um Centro Socioeducativo, faz-se fundamental a orientação e o acompanhamento dos usuários por meio de ações socioeducativas que são desenvolvidas a partir dos instrumentais utilizados por cada profissão que possibilitam reconhecer as necessidades e demandas do público atendido, levando em consideração a particularidade e singularidade de cada caso, com uma linguagem horizontal e cordial, que observe a totalidade das situações, isso interferirá diretamente na vida dos sujeito envolvida.

Cada vez mais adolescentes do sistema socioeducativo possuem famílias disfuncionais, com grande defasagem escolar, relação estreita com o uso/abuso de substâncias psicoativas e, em alguns casos envolvimento com grupos criminosos. O atendimento com tal público se mostra complexo e demanda ações qualificadas de cunho preventivo, protetivo e interventivo, no sentido de buscar estratégias compatíveis com as necessidades dos jovens em situação de risco no Brasil.

O Serviço Social precisa compreender a realidade social que o cerca, para conseguir dar respostas qualificadas, propositivas e interventivas ao seu fazer profissional, levando em consideração o contexto social e histórico do processo formativo do Brasil e as peculiaridades relacionadas ao racismo estrutural e a população, hoje público prioritário das políticas socioassistenciais, majoritariamente composta por pessoas pobres e negras, “[...] já seria suficiente para que nos debruçássemos a buscar conhecer os determinantes sociais que constituem essa realidade” (ROCHA, 2014, p.143).

Os adolescentes e suas famílias irão necessitar de acompanhamento qualificado, para entender o contexto social, econômico, cultural, etc. da realidade dos sujeitos envolvidos, de forma ampla e abrangente, a partir de um diálogo horizontal e sensível. Para, a partir daí, buscar alternativas de intervenção objetivando a construção de novas possibilidades, pensando na garantia dos direitos, responsabilização pelo ato infracional, inclusão social, construção de novos projetos de vida e ressignificação.

A atuação profissional direta junto ao socioeducando e suas famílias, rede socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos, organizações governamentais e não-governamentais, etc. no intuito de ofertar no âmbito da socioeducação novas possibilidades para o desenvolvimento pessoal e interpessoal, capacitar e qualificar para o mercado de trabalho, estimulando a escolarização, o acesso a políticas públicas, por meio de um trabalho articulado capaz de estimular potencialidades.

O SINASE é bastante claro quanto ao princípio de incompletude institucional que é “caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento socioeducativo” (BRASIL, 2006, p. 06). As instituições e políticas se complementam e uma precisa acessar a outra para que seja possível garantir um cuidado holístico, pautado na sua totalidade do sujeito, sendo um desafio para o Assistente Social que precisar buscar estratégias para sensibilizar, conseguir parcerias, realizar encaminhamentos, referência e contrarreferência, dentre outros, junto os 47 municípios que o Centro atende.





A atuação profissional se mostra complexo, ampla e necessita de um aparato grande das políticas públicas para possibilitar uma real inclusão social e mudança do contexto social dos sujeitos envolvidos, com acompanhamento sistemático pela rede socioassistencial e intervenções qualificadas.

O trabalho vai muito além das práticas privadas do Assistente Social, sendo imprescindível a atuação multiprofissional esse junto aos socioeducandos, comunidade socioeducativa, e sociedade civil, no sentido de impossibilitar a não estigmatização e marginalização desses sujeitos, ampliar a participação social, o protagonismo juvenil e estabelecer conexões entre a realidade sociofamiliar e comunitária dos sujeitos envolvidos, etc.

Para facilitar o entendimento sobre as principais competências do Assistente Social na execução de medidas socioeducativa em meio fechado, conforme o documento intitulado Regimento Interno: Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará serão sistematizadas a seguir o que compete ao Assistente Social em uma unidade socioeducativa do Estado do Ceará.

Competências do Assiste Social de acordo com o Regimento Interno

I. Participar da recepção e acolhida dos adolescentes, buscando formas de integrá-los à rotina da Unidade.

II. Elaborar estudos de caso e relatórios técnicos.

III. Realizar atendimentos individuais e de grupo com os adolescentes e familiares.

IV. Atender às famílias dos adolescentes, favorecendo a sua corresponsabilidade no processo socioeducativo.

Fonte:

CEARÁ. **Regimento Interno:** Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará./Banco Interamericano de Desenvolvimento; Governo do Estado do Ceará, PROARES II. 2.ed. – Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2015.

Competências do Assiste Social de acordo com o Regimento Interno

V. Providenciar a documentação civil dos adolescentes.

**VI. Realizar visitas domiciliares às famílias dos adolescentes,
caso necessário.**

**VII. Acompanhar o adolescente em audiência, quando
solicitado.**

VIII. Participar da elaboração do PIA com o adolescente.

Fonte:

CEARÁ. **Regimento Interno:** Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará./Banco Interamericano de Desenvolvimento; Governo do Estado do Ceará, PROARES II. 2.ed. – Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2015.

Competências do Assiste Social de acordo com o Regimento Interno

IX. Manter contato com órgãos governamentais e não governamentais para obter informações sobre o adolescente.

X. Manter registro de dados e informações para levantamentos estatísticos.

XI. Verificar a correspondência dos adolescentes e acompanhar os contatos telefônicos realizados por eles.

XII. Coordenar e orientar a visitação dos familiares aos adolescentes.

Fonte:

CEARÁ. **Regimento Interno:** Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará./Banco Interamericano de Desenvolvimento; Governo do Estado do Ceará, PROARES II. 2.ed. – Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2015.

Competências do Assiste Social de acordo com o Regimento Interno

XIII. Preparar os adolescentes para o desligamento, fortalecendo suas relações sociofamiliares.

XIV. Supervisionar estagiários do setor de serviço social.

XV. Realizar visitas institucionais.

XVI. Avaliar e acompanhar a aplicação de medidas disciplinares. Realizar outras atividades específicas à profissão.

Fonte:

CEARÁ. **Regimento Interno:** Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará./Banco Interamericano de Desenvolvimento; Governo do Estado do Ceará, PROARES II. 2.ed. – Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2015.



A partir das competências do assistente social nas unidades socioeducativas do Estado do Ceará, pode-se mencionar que, se faz fundamental, a atuação do assistente social junto às equipes multiprofissionais da comunidade socioeducativa, principalmente, para traçar estratégias qualificadas de atuação e intervenção profissional, compreendendo em sua totalidade as demandas do adolescente e sua família.

Desde a entrada do adolescente no Centro Socioeducativo, por meio do primeiro contato com o socioeducando e sua família, por meio da recepção e acolhimento, o assistente social é chamado a intervir junto às demandas relacionadas aos sujeitos público-alvo da política pública, sendo um de referência para tratar como a família. Por meio dos atendimentos individual e familiar, visita domiciliar, estudo social, etc. se pode ter uma maior compreensão da realidade social e familiar dos sujeitos pra pensar intervenções qualificadas. Para entender melhor o contexto no qual a família e o adolescente vivenciam, faz se fundamental visita domiciliar, bem como visita institucional, buscando traçar estratégias qualificadas de intervenção no que se refere ao trabalho social com a família.

Faz-se necessário abordar que o assistente social tem um papel fundamental na elaboração de estudos sociais, estudo de caso, relatórios técnicos e de acompanhamento, sendo crucial o seu olhar crítico e propositivo, junto a equipe multiprofissional, para traçar as metas e pactuações para o Plano Individual de Atendimento (PIA) com o adolescente e sua família que prevê ações que serão desenvolvidas durante o cumprimento da medida socioeducativa, bem como para a avaliação da medida socioeducativa com a emissão de relatórios conclusivos, documentos esses que são enviados ao poder judiciário, conforme previsto no ECA.

O trabalho social com famílias de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação se faz é crucial, por compreender que a medida socioeducativa precisa estar integrada a família e as relações sociais, promovendo fortalecendo vínculos familiares e comunitários, corresponsabilizando pelo cuidado e realizando também a contínua preparação para o desligamento do sistema socioeducativo e retorno a convivência familiar e comunitária, ou transferência para uma medida socioeducativa menos gravosa, com novas e reais possibilidades e oportunidades. O Serviço Social ainda está frente dos momentos que envolvem a família, acompanhando e viabilizando visitas a instituição, estando presente em atividades de grupo, viabilizando o contato telefônico com a família e acionando a rede socioassistencial quando necessário.

A depender das demandas dos adolescentes e sua família, faz encaminhamentos para a rede socioassistencial para a emissão de documentos pessoais, e demais necessidades percebidas pelo serviço social e em contato com a família, requisitado junto à rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos, viabilizando direitos sociais. Ainda participa, quando solicitado, de audiências para acompanhar o devido processo legal do adolescente, bem como mantém contato com órgãos governamentais e não governamentais no sentido de intensificar a rede de apoio aos sujeitos envolvidos, viabilizando direitos e estimulando o acesso a políticas públicas, bens e serviços.

Neste contexto, programa, orienta, coordena e acompanha visitas de familiares ao centro, realizando atendimento familiar rotineiro e estabelecendo contato direto com os integrantes da rede de apoio do socioeducando. Além disso, também precisa estar atento às atividades socioeducativas que o adolescente participa estimulando bem como acompanhando seu desenvolvimento nas atividades pedagógicas propostas, bem como as atividades pactuadas no PIA, percebendo evolução ou não, do socioeducando.

Também recebe e supervisiona estagiários da área de serviço social que desejam aprender o fazer profissional na socioeducação, bem como realiza diversas outras atividades pautadas principalmente no desenvolvimento de práticas restaurativas e ações educativas que promovam o fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, a desmistificação de preconceitos, a ampliação do conhecimento sobre direitos sociais e políticas públicas, dentre outros.





PRÁTICAS EDUCATIVAS NO ÂMBITO DA SOCIOEDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS

Práticas Restaurativas

Pode-se compreender que práticas restaurativas são cotidianamente desenvolvidas no Centro Socioeducativo Padre Cícero, fato que tem proporcionado grande diferença no que diz respeito ao envolvimento dos adolescentes no processo socioeducativo, bem com o engajamento de seus familiares na proposta pedagógica do Centro.

Os processos restaurativos são momentos de comunicação entre os sujeitos envolvidos, com o propósito de resolução de conflitos, apoiado na perspectiva de oportunizar um diálogo horizontal, comunicação não violenta e participação ativa. Quando baseado em decisões coletivas, sem dúvida, possui maior efetividade, conforme abaixo descrito:

As práticas restaurativas referem-se a um conjunto de metodologias para o gerenciamento positivo dos conflitos, por meio das quais um facilitador auxilia as partes direta e indiretamente envolvidas a realizar um processo dialógico visando transformar uma relação de resistência e de oposição, em relação de cooperação (NUNES, 2018, p. 38).

As práticas restaurativas são capazes de potencializar a concretização da socioeducação. Desse modo, a SEAS sistematizou e consolidou quatro práticas restaurativas, previstas no SINASE, que são importantíssimas para serem desenvolvidas nos Centro Socioeducativos do Estado do Ceará, sendo elas: **Projeto Abraços em Família, Círculos de Paz, Assembleias e Comissão Disciplinar.**



Projeto Abraços em Família

Projeto Abraços em Família

No que se refere ao Projeto Abraços em Família – Tecendo Redes de Solidariedade no Sistema Socioeducativo, pode-se mencionar que possui “[...] uma metodologia diversificada de atendimento às famílias, de modo acolhedor, participativo, dinâmico, interativo e capaz de despertar a efetiva parceria e engajamento na socioeducação” (BRASIL, 2021, p. 44).

Configura-se como um projeto destinado a inserção socioeducativa das famílias nas atividades pedagógicas do Centro, por meio de um espaço de escuta e acolhimento, protagonizado pelos adolescentes a partir de apresentações em atividades artístico-culturais que são exibidos aos seus membros familiares, objetivando o fortalecimento de vínculos afetivos, bem como o estímulo ao desenvolvimento de potencialidades.

O Projeto Abraços em Família acontece de forma mensal e é realizado com o protagonismo dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a partir da culminância dos trabalhos do mês. Na ocasião, são apresentados trabalhos artístico-culturais pelos socioeducandos, por meio de uma temática específica. Busca-se realizar escuta dos familiares, promover espaços de acolhida e de desenvolvimento e fortalecimento de vínculos familiares. A família, nesse sentido, se torna inserida no processo socioeducativo e tem a possibilidade de opinar e participar ativamente do processo em todas as fases.

Momento festivo muito esperado pelos adolescentes e suas famílias. Possibilita maior empenho e engajamento na proposta pedagógica da instituição, beneficiando não só aos que assistiram aos espetáculos, mas principalmente os próprios adolescentes que são encorajados a participar ativamente, apresentarem-se com música, dança, de produção de artesanato, poemas, etc. Mostrando, para os seus familiares e para a comunidade de modo geral, as suas potencialidades e aprendizado, durante o cumprimento da medida, sendo um importante fator para o processo de ressocialização e de envolvimento do socioeducando com o universo da socioeducação.

O projeto tem sido uma importante prática restaurativa que foca nos adolescentes, mas também nas suas famílias. Como também, muitas vezes, são convidadas pessoas externas da rede socioassistencial, do Sistema de Garantia de Direitos e demais instituições atuantes na causa da infância e juventude, bem como outras instituições, para que possam participar do momento desmistificando preconceitos, desnaturalizando a violência e mostrando o potencial desses adolescentes no que se refere à ativa participação em práticas educativas.





Círculos da Paz

Círculos da paz

Os círculos de paz se configuram como espaços de cuidado, baseado na comunicação não violenta e que:

[...] propõem um ambiente de trocas, reflexões e escuta qualificada, baseado na horizontalidade da fala. Para tal, se faz necessário propiciar um espaço seguro que promova o estímulo a uma comunicação não violenta, capaz de ampliar possibilidades, empoderando as partes na resolução dos seus conflitos, estimulando o diálogo, entre outros (BRASIL, 2021, p. 48).

Podendo ser realizado com variados propósitos, com conhecer melhor os participantes, realizar a vivências sobre determinada temática, colaborar para o autoconhecimento, favorecer o fortalecimento de vínculos afetivos, estimular o diálogo horizontal, propiciar um espaço de troca de conhecimento, resolução de conflitos interpessoais, estímulo à cultura da paz e linguagem não violenta, entre outros.

Configura-se como um projeto destinado a inserção socioeducativa das famílias nas atividades pedagógicas do Centro, por meio de um espaço de escuta e acolhimento, protagonizado pelos adolescentes a partir de apresentações em atividades artístico-culturais que são exibidos aos seus membros familiares, objetivando o fortalecimento de vínculos afetivos, bem como o estímulo ao desenvolvimento de potencialidades.





Assembleias

Assembleias

As assembleias são espaços de escuta qualificada e de interação entre a comunidade socioeducativa, com protagonismo do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, objetivando oportunizar a participação ativa e o desenvolvimento da cidadania. Dessa forma, as assembleias se configuram como uma “[...] reunião [...] cujas pautas envolvem toda rotina da Unidade e as atividades propostas, em busca de promover a participação ativa dos adolescentes, gerando reflexão sobre assuntos de relevância frente seu processo socioeducativo [...]” (BRASIL, 2021, p. 47).

Nesse sentido, as assembleias são importantes por ser um espaço de trocas, discussões propositivas e democráticas para deliberar sobre assuntos de determinado de interesse da coletividade. Assim, proporciona a comunidade socioeducativa espaço de fala para tratar sobre as demandas institucionais, reivindicar direitos, bem como reconhecer deveres, estimulando a democracia participativa, a inclusão social, o direito de se expressar sobre qualquer assunto que envolva a coletividade, discutindo e deliberando para que tais sujeitos consigam conviver de forma harmônica e conforme o previsto na legislação Brasileira.

O diálogo se faz fundamental, sendo realizada votação para entender o que é melhor para a maioria. Todas as demandas são anotadas em ata e assinada por todos os participantes, bem como as respostas às solicitações, geralmente acontecem no próximo encontro para assembleia.

As assembleias atuam com estímulo para a participação social, a tomada de decisão, o protagonismo juvenil, uma vez que o adolescente começa a entender o quanto a comunicação não violenta é importante na vida cotidiana, estabelecendo o respeito a fala do demais. É espaço de troca mútua de conhecimento, mas também de angústia e frustrações, se faz a essencial no contexto da socioeducação, no sentido, de promover espaços de escuta qualificada, estimular relações interpessoais, tornar o adolescente mais propositivo e atuante dentro do sistema socioeducativo, levando em consideração as suas pautas e construindo, a partir do diálogo, estratégias de convivência saudável.



Comissões Disciplinares



Comissões disciplinares

As comissões disciplinares são espaços de escuta, mas também de resolução de conflitos, onde os adolescentes são ouvidos e têm o direito de esclarecer os seus posicionamentos de forma restaurativa. O conceito comissão disciplinar está previsto no Regimento Interno das unidades socioeducativas, e expressa:

Art. 57. A comissão disciplinar é uma instância formal colegiada por meio da qual se apura, de forma individualizada, a ocorrência de falta disciplinar de natureza leve, média e grave praticada por socioeducando, aplicando-se a sanção disciplinar cabível, sendo assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal (CEARÁ, 2015, p. 57).

Configura-se como uma prática restaurativa pela promoção de espaço de escuta qualificada, em que é efetivado o direito à ampla defesa e ao contraditório, com a consequente aplicação de medidas disciplinares de natureza pedagógica.

Dessa forma, possibilita que o socioeducando tenha a chance de esclarecer o ocorrido, sendo ouvido e considerada a sua fala. A comissão disciplinar é uma importante prática restaurativa, pois objetiva de resolver conflitos, a partir da linguagem não violenta e do diálogo. Somente poderá ser aplicada como medida disciplinar as previstas no Regimento Interno do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará, a partir da gravidade da transgressão disciplinar que o adolescente tenha cometido, sendo ela classificadas em: leve, média e grave. Para tal, também será considerado todos os atenuantes do adolescente, como também situações agravantes. Assim não há, de forma alguma, nenhum tipo de medida disciplinar que possa causar violação de direitos, uso da violência, tortura, e demais situações antes vivenciadas das de forma brutal na antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM).



Principais Práticas Educativas

Em uma Unidade Socioeducativa de Internação se faz essencial a utilização de práticas educativas, visando proporcionar aos socioeducandos novas perspectivas voltadas para a educação e desenvolvimento de habilidades, relacionados ao contexto de escolarização, formação e qualificação profissional, lazer, esporte, arte e cultura, etc. É preciso garantir os direitos dos adolescentes, uma vez que estar no Centro Socioeducativo, em privação de liberdade, já é um por si só um cerceamento de direito. Dentro da instituição, por se tratar de pessoa em desenvolvimento conforme o ECA, é necessária uma gama de ações e atividades de cunho pedagógico, que favoreçam o desenvolvimento integral o sujeito, na perspectiva de emancipação e de ressocialização. As equipes multiprofissionais são imprescindíveis e precisam atuar de modo articulado junto às ações e atividades de cunho pedagógico, objetivando ampliar as possibilidades e de qualificar as ações. Conforme Moraes (2019, p. 28):

A fim de garantir os direitos fundamentais destes jovens e contribuir para a responsabilização pelo ato cometido, a Metodologia orienta que o trabalho da “equipe multidisciplinar” seja organizado por eixos estratégicos: abordagem familiar e sociocomunitária, educação escolar, formação básica para o trabalho e formação profissional, inserção no mercado de trabalho, atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer, atividades externas, atendimento à saúde, atendimento individual, articulação de rede, assembleias, construção e estudo de caso, orientações sobre relatórios, festividades e comemorações, o que poderia justificar a escolha das categorias profissionais que compõem a equipe.

As atividades são divididas conforme eixos estratégicos que estão relacionadas a escolarização, profissionalização, arte e cultura, esporte e lazer, etc. Pode-se mencionar que dentro do Centro Socioeducativo Padre Cícero estão sendo desenvolvidas ações e práticas educativas que possibilitam fortalecer e ampliar a socioeducação. Dentre as principais práticas educativas desenvolvidas estão:

No eixo escolarização, entende-se que é socioeducação não pode ser pensada, se não a partir da educação em seu contexto mais amplo, pois os adolescentes são estimulados a voltarem ao universo da sala de aula, estando ativamente engajados no processo de ensino-aprendizagem. Para tal, os professores estão atentos e desenvolvem práticas educativas que estimulem o processo de ensino-aprendizagem e a formação cidadã. Considera-se uma atividade essencial, principalmente, por entender que a educação é a base para mudanças significativas na vida desses sujeitos e que, os mesmos, não foram estimulados corretamente no âmbito da escola durante toda a vida, se evadindo muito cedo ou sendo expulsos do ambiente escolar. Assim, dentro da unidade socioeducativa, atualmente possui a parceria com três escolas que ofertam o ensino fundamental, o ensino médio e Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA). Outro eixo é o da profissionalização, atualmente estão sendo desenvolvidas atividades com parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com cursos variados como: pizzaiolo, barbearia, empreendedorismo, dentre outros. Como também são cursos e oficinas profissionalizantes, objetivando desenvolver habilidades e preparar para o mercado de trabalho, inclusive os adolescentes que não possuem elevado grau de instrução. Está sendo desenvolvidos cursos como jardinagem, construção civil, inclusão digital.

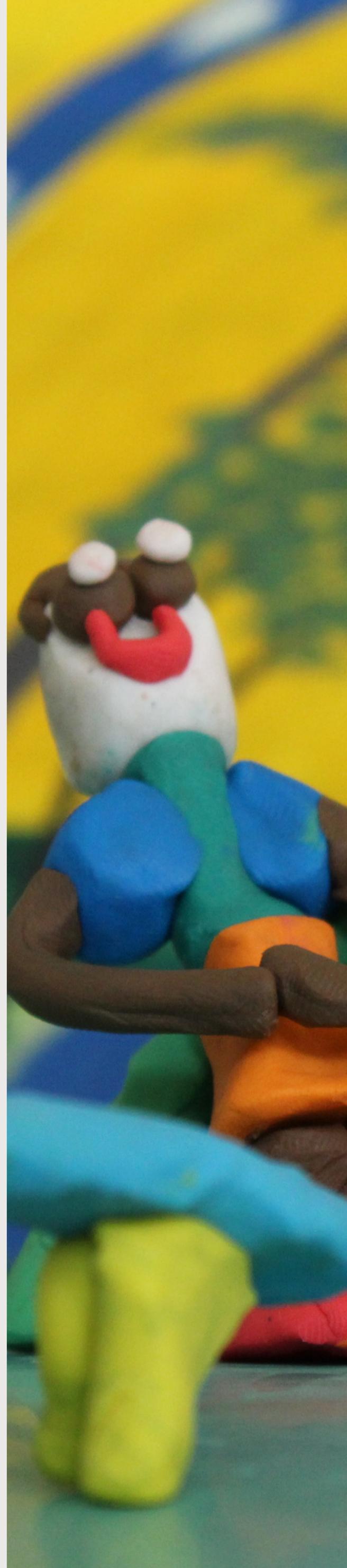


Um eixo muito importante se refere a esporte e lazer, onde são trabalhadas diversas atividades como, por exemplo: treino funcional, futebol, basquete, inúmeros outros jogos de mesa, etc. Os adolescentes desenvolvem habilidades diferenciadas no esporte e no lazer.

No eixo de arte e cultura são desenvolvidas inúmeras ações e atividades que objetivam estimular as práticas culturais e artísticas, de modo geral. Atualmente, por meio da oficina de artes visuais, uma vez que os adolescentes são estimulados a desenvolverem habilidades a partir das experiências artísticas com pinturas em telas, em paredes, em artesanatos e outras formas. Para além da pintura, propriamente dita, se tem uma perspectiva social muito forte, sendo trabalhados aspectos culturais, sociais, religiosos, bem como temáticas relacionadas à luta antirracista, ao preconceito, a identidade de gênero, sexualidade e inúmeras outras questões fundamentais para o crescimento pessoal e aprofundamento relacionado à vida social dos sujeitos envolvidos. Também são realizadas diversas ações sobre cultura popular, por meio do teatro, da dança, da poesia, confecção de artesanatos, etc.

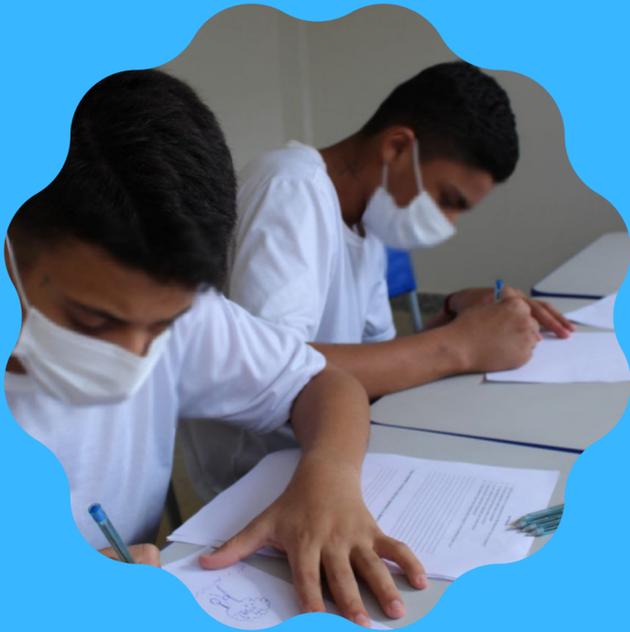
A partir de uma perspectiva de resgate da cultura, trazendo aspectos importantes da cultura popular: folclore brasileiro, reisado, festas populares, inúmeras questões relacionadas à arte e a cultura. Para, além disso, são desenvolvidas nesse eixo atividades relacionadas à produção de artesanato como, por exemplo, artesanato em barro, papel e inúmeras outras, que são desenvolvidos, no intuito, de possibilitar o desenvolvimento de potencialidades artísticas e a possibilidade de geração de renda, tanto para o adolescente, quanto à sua família. Os socioeducandos produzem artesanatos que podem ser entregues às suas famílias nos dias de visitas, bem como são apresentados durante o projeto Abraço em Família como uma forma de estimular a arte e a cultura popular, estabelecendo relações concretas com saber popular e as expressões artístico-culturais.

Nota-se que são várias as propostas pedagógicas do Centro Socioeducativo, estando especificadas apenas algumas delas nesta cartilha. Com isso, verifica-se ser necessário e urgentes ações e práticas educativas nos espaços socioeducativos, a fim de proporcionar uma verdadeira possibilidade de fazer socioeducação.



I. Práticas Educativas

Escolarização



Curso Pizzaiolo



Curso de jardinagem



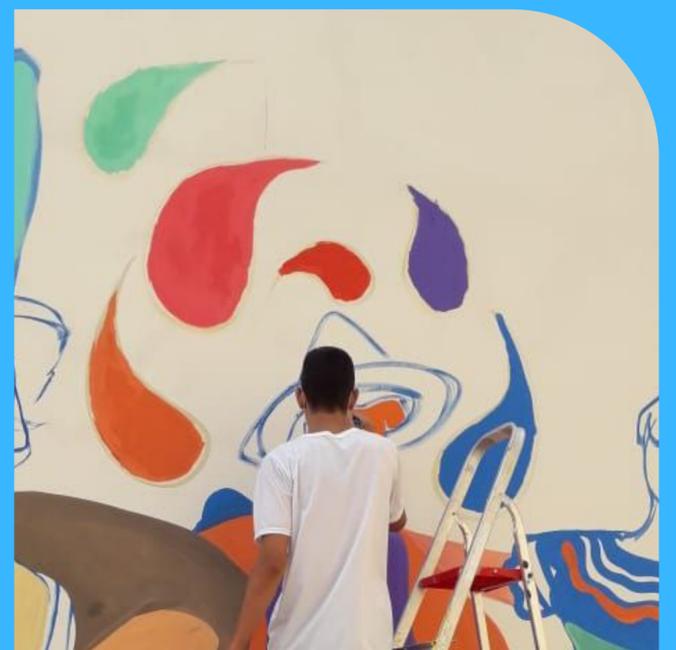
Curso de Inclusão Digital



Esporte



Oficina de artes



Oficina de Cultura Popular



Teatro



Teatro



II. Práticas Educativas

Atividades em grupos



Bumba-meu-boi



Artes circenses



Música



Grafite



Giz coloridos



Jardinagem



Pipas



Pinturas



III. Práticas Educativas

Bonecos de biscuit



Pinturas em argila



Vasos de argila



Partilhas



Pintura de parede



Atividades em grupo



Dia da Pizza



Construindo barcos



União de famílias





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que essa cartilha tenha servido para como inspiração para propostas interventivas no campo do Serviço Social, Socioeducação e relações étnico-raciais, para profissionais e interessados que desejam conhecer mais e se apropriar das discussões.

Vale ressaltar que durante a pesquisa, observou-se que a formação acadêmica em Serviço Social ainda se dá de forma bastante precária, no que diz respeito às discussões relacionadas a socioeducação e relações étnico-raciais no interior da profissão, se fazendo necessário a ampliação das discussões e implantação de disciplinas obrigatórias na grade curricular, principalmente, voltada as relações étnico-raciais, que despertem interesse e façam dos estudantes detentores de conhecimentos sobre toda a formação social e histórica do país, racismo estrutural, etc.

O Centro Socioeducativo Padre Cícero pode ser considerado uma referência no Estado do Ceará, em execução de medida socioeducativa de internação, por conseguir desenvolver um trabalho voltado, especificamente, para práticas educativas e práticas restaurativas, possuindo uma equipe multiprofissional bastante capacitada e que desempenha um trabalho importantíssimo socialmente. Observa-se que os adolescentes e suas famílias vêm sendo acompanhados de forma permanente, sendo possibilitadas diversas ações capazes de ampliar as oportunidades, no âmbito institucional e social, possibilitando acesso a políticas públicas, bens e serviços, e sendo responsabilizado por seu ato infracional, mas ao mesmo tempo sendo garantida a atenção integral, o desenvolvimento de potencialidade, por meio de ações e práticas que podem potencializar a mudança de vida e o protagonismo juvenil.

É importante mencionar que a SEAS, como órgão executor das políticas das medidas socioeducativas com privativas de liberdade, tem grande contribuição nos avanços galgados diariamente na socioeducação, sendo perceptível os avanços até aqui, sendo fundamental nesse processo o norteamento pedagógico, a partir das orientações, publicações, sistematização de práticas restaurativas, capacitação profissional, etc. Sabe-se, porém que muito ainda se tem a melhorar.

Outro aspecto relevante é que a cidade de Juazeiro do Norte-CE, possui uma Vara da infância e Juventude, que tem sido bastante agiu e atuante, com profissionais capacitados e que reconhecem a importância da medida socioeducativa de internação, tanto para a adolescente, quanto para a sua família, sendo um suporte positivo.

Enfim, as temáticas relacionadas a Serviço Social, Socioeducação e relações étnico-raciais, estão completamente interligadas e correlacionadas, merecendo destaque nas discussões, no processo formativo e qualificação profissional. Entende-se que é importante apresentar o que vem dando certo no Sistema Socioeducativo, no sentido de que outras pessoas tenham acesso e possam também tentar, nos seus espaços sócio-ocupacionais, desenvolver ações que beneficiem socioeducandos e sua família. Como também possibilitar, aos futuros profissionais que atuarão no Serviço Social e em equipes multiprofissionais de Centros Socioeducativos de internação, a possibilidade de compreender, mesmo que minimamente, um pouco do que acontece na rotina institucional, e a relevante contribuição do assistente social na socioeducação. Acredita-se que outras pesquisas virão, para dar continuidade a essa, e que várias são as possibilidades de pensar Serviço Social, Socioeducação e relações étnico-raciais.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2012.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União República Federativa do Brasil, 1990.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento Anual SINASE 2013.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo -SINASE.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

CARNEIRO E SILVA, Silmara. Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, V. 14, n. 2, 2012.

CEARÁ. **Regimento Interno:** Unidades de Medidas Socioeducativas do Estado do Ceará./Banco Interamericano de Desenvolvimento; Governo do Estado do Ceará, PROARES II. 2.ed. - Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2015.

CEARÁ. **Projeto Político Pedagógico Centro Socioeducativo Padre Cícero.** 2021. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/35/2021/12/CENTRO-SOCIOEDUCATIVO-PADRE-CICERO.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

COSTA, Ari Madeira. **Extermínio de jovens negros em Rondonópolis:** para além dos discursos de cadafalso. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2019.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Resolvendo o problema de como tratar o dia 13 de maio nas escolas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 226, p.148-162, jan./fev., 2021.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. In: **Serviço Social & Sociedade.** Artigos, n. 62, ano XX, mar. 2000. p. 5-34.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REFERÊNCIAS

IPEA. **Nota Técnica: O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários.** Enid Rocha Andrade da Silva e Raissa Menezes de Oliveira, N° 20, Brasília, junho de 2015.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação para jovens e Adultos em situação de restrição e privação de liberdade: questões, avanços e perspectivas.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MIOTO, R.C.T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: Trad LAB organizadora. **Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, p. 51-66, 2010.

MORAES, Giselle. **A Formação em Serviço Social e a Questão Étnico-Racial: Primeiras impressões sobre a formação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** 2018.

MORAIS, Maíra de Azevedo. **Ações em uma equipe multiprofissional: o atendimento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

NUNES, Antonio Carlos Ozório. **Diálogos e práticas restaurativas nas escolas: guia prático para educadores.** Ministério Público do Estado de São Paulo, 2018.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

SILVA, Uendel Rodrigo Figueiredo da. **Juventude negra, aprisionamento e morte: um olhar sobre o Centro de Atendimento Socioeducativo de Rondonópolis.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2021.

TERRA, Cilene; AZEVEDO, Fernanda. **Adolescente, ato infracional e serviço social no judiciário: trabalho e resistência.** São Paulo: Cortez, 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil.** Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SEDH, 2013.



em

